

## ES/SR - Comissão Permanente Licitações

---

**De:** Rafael Barros - CRA-ES <rafael.barros@craes.org.br>  
**Enviado em:** sexta-feira, 12 de janeiro de 2024 09:08  
**Para:** ES/SR - Comissão Permanente Licitações  
**Assunto:** Impugnação do Edital do PE 001/2024 da SRPF-ES  
**Anexos:** Parecer - Locação de Mão de Obra.pdf; Solicitação de Impugnação do Edital do PE 001.2024 da PF-ES.pdf

Ao Sr Carlos Manoel Gratex Ribeiro  
Pregoeiro da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo

Bom dia,

O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – CRA-ES, Autarquia Pública Federal criada pela Lei nº 4.769/65, inscrita no CNPJ sob o nº 28.414.217/0001-67, com endereço à rua Aluysio Simões, nº 172, Bento Ferreira, Vitória-ES, vem, mui respeitosamente, apontar irregularidade no Pregão Eletrônico de nº 001/2024 proposto pela Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo conforme publicado no DOU de 11/01/2024 demandando, desta forma, sua imediata **IMPUGNAÇÃO**.

Cabe destacar que, observando-se a data de realização do certame, a apresentação desta **IMPUGNAÇÃO** dá-se de forma totalmente tempestiva.

Com isso, solicitamos conhecer o anexo deste e-mail o qual esclarece a necessidade de adequação do citado edital à Legislação vigente.

Contando com seu pronto-atendimento, desde já seguem nossos agradecimentos pelas providências a serem adotadas.

Em caso de dúvidas estaremos à disposição através deste e-mail ou pelo tel 27 2121-0500 e/ou 27 99846-9523.



**Adm Rafael Barros**  
Fiscal - Und de Registro e Fiscalização - CRA-ES nº 13012  
Conselho Regional de Administração do ES  
Rua Aluysio Simões, 172, Bento Ferreira  
Vitória/ES – CEP: 29050-632  
(27) 2121-0513 – [www.craes.org.br](http://www.craes.org.br)

*“Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos (LGPD Lei nº 13.709/2018)”*